

Poços artesianos afetam lençol freático do DF

Os milhares de poços artesianos existentes no Plano Piloto, cidades-satélites e áreas rurais estão afetando consideravelmente o lençol freático do Distrito Federal, que é irregular por causa das rochas quartzíticas extremamente fraturadas. Para evitar o agravamento da situação, a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) inicia em janeiro o cadastramento desses poços para que, até o final do ano que vem, uma ação conjunta com a Caesb possa estabelecer o controle do uso das águas subterrâneas a partir de tarifas diferenciadas.

Com isso, fazer cacimbas para uso doméstico ou furar poços para encher piscinas em áreas nobres ou para irrigação vai custar caro a qualquer empreendedor. De acordo com a diretora de Polí-

tica Ambiental da Sematec, Maria Novaes, a maioria dos mananciais no Plano Central é de águas de chuva. "A região é dispersora de água, não há reservas e as nascentes ocorrem no bordo dos quarteirões se dirigindo para áreas menos resistentes — fora do DF", explicou a geógrafa.

Até pouco tempo, a maior parte dos poços artesianos podia ser percebida nas áreas rurais, em chácaras, mas hoje, o que preocupa a Sematec é principalmente o aumento de perfurações nas áreas de condomínios, 80 por cento deles na Área de Proteção Ambiental (APA) do São Bartolomeu. Na cidade, os poços servem quase sempre para encher piscinas ou manutenção de mansões, conforme lembrou o superintendente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente da Sema-

tec, Otto Ribas.

Ele explicou que depois de avaliar as situações mais críticas, a Sematec poderá determinar os usos de todas as áreas, restringindo ou permitindo, mas com a cobrança de taxas: "Esta política tem que ser feita porque o uso do lençol freático provoca um desequilíbrio entre a demanda e a oferta". Para ele, não é justo que um habitante de área nobre gaste mais de mil litros de água/dia enquanto um outro de áreas mais carentes consome de 50 a cem litros por dia. A Secretaria também vai implementar o controle da ocupação do solo em todo o Distrito Federal, procurando resguardar as áreas vitais a partir de novas unidades de conservação, entre elas e a de Olho D'água e Ponte de Terra (Gama), Alagado (Gama), Paranoazinho e Sobradinho.